**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA
PROCURADORIA DE CHOPINZINHO**

DATA: 13/06/2016

Nome completo: _____

RG: _____

PROVA DISCURSIVA

1. A Prova Discursiva terá a duração de 3 (três) horas, com início às 14h:00min e término às 17h:00min.
2. O candidato poderá utilizar caneta esferográfica azul ou preta.
3. O candidato deverá elaborar um **PARECER** sobre questão relacionada a Lei 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), com o máximo de 30 linhas, na qual será avaliado o conhecimento do candidato a respeito da matéria, bem como, o uso do vernáculo. **O candidato poderá utilizar como material de apoio: Código não comentado e lei seca impressa (Lei 8.666/1993). Todos os materiais serão analisados pela Comissão antes da realização da prova. A Comissão não fornecerá nenhum material de consulta aos candidatos.**
4. Caso o candidato utilize palavra errada, expressão ou frase, deverá colocá-la entre parênteses e riscá-la, não sendo considerado erro, preservando a pontuação ao final.
5. **A prova discursiva, com respectivo gabarito** serão divulgados no dia seguinte a realização desta etapa, na página oficial, na internet, da Prefeitura Municipal de Chopinzinho.
6. O resultado parcial da prova discursivas será divulgado com data provável de **16 de junho de 2016**, na página oficial, na internet, da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, abrindo-se, neste ato, o prazo para interposição de recurso, que encerrará às 16h:00min do dia 17 de junho de 2016.
7. O candidato **não** poderá retirar-se do local de realização da prova levando o caderno de provas consigo. Na última página do caderno de provas será disponibilizado espaço para destaque do gabarito individual.

BOA SORTE!

Considere o seguinte trâmite licitatório numa determinada Prefeitura:

1º Requerimento de abertura de licitação elaborado pelo Secretário Municipal, apresentando a devida justificativa;

2º Autorização do requerimento pelo Senhor Prefeito;

3º Processo administrativo encaminhado à Comissão de Licitação e Contratos para elaboração de orçamentos e Termo de Referência;

5º Encaminhamento dos autos à Secretaria de Finanças para expedir documento quanto a previsão orçamentária e se existem recursos disponíveis;

6º Retorno dos autos ao Senhor Prefeito para nova autorização de prosseguimento licitatório na modalidade cabível;

7º Autos encaminhados novamente à Comissão de Licitação e Contratos para elaboração de minuta de edital, contratos e anexos;

8º Autos encaminhados à Procuradoria para parecer jurídico;

9º Autos encaminhados ao Senhor Prefeito para acolher ou não parecer jurídico, prosseguindo ou não com o processo licitatório;

Situação Hipotética:

O Secretário Municipal de Obras e Viação pretende comprar 100 (cem) sacos de terra fertilizada para manutenção de 500mt² de jardins e gramas da sede da Prefeitura.

Registra-se que não existe obras de manutenção de jardins e gramas em andamento, apenas expectativa de início, sendo que os 100 (cem) sacos de terra serão utilizados para dar início a mencionada manutenção, no entanto, será necessário adquirir, posteriormente, mais 500 (quinhentos) sacos para a devida conclusão da manutenção dos jardins e gramas da sede da Prefeitura.

Apresentou requerimento e justificativa ao Senhor Prefeito, o qual autorizou a abertura do procedimento licitatório.

O processo administrativo foi encaminhado à Comissão de Licitação e Contratos para elaboração de orçamentos e Termo de Referência. O Presidente da Comissão de Licitação e Contratos juntou aos autos 1 (um) orçamento da Empresa X (empresa que possui parte na qualidade de sócio), devidamente datado e carimbado. Ainda, juntou aos autos o Termo de Referência, delimitando o objeto da licitação nos seguintes termos:

TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Quantidade	Descrição do Objeto	Valor unitário	Valor Total
1	100	Terra Fertilizada 50kg Marca: Adubafácil	R\$ 70,00	R\$ 7.000,00

Os autos retornaram ao Senhor Prefeito, que autoriza o prosseguimento licitatório, na modalidade cabível.

Autos encaminhados novamente à Comissão de Licitação e Contratos para elaboração de minuta do Contrato. O Presidente da Comissão entendeu por celebrar Contrato de Inexigibilidade de licitação, apresentando a devida justificativa, de que o valor do objeto do contrato se enquadra na categoria de licitação inexigível, bem como informando que existe somente uma empresa no Município que comercializa terra fertilizada com a qualidade pretendida. Para tanto, anexou atestado de exclusividade fornecido pelo órgão de registro do comércio do local.

Autos encaminhados à Procuradoria para parecer jurídico.

Você, pretendo candidato a atuar junto a Procuradoria, deverá elaborar **PARECER JURÍDICO**, favorável ou desfavorável ao prosseguimento do certame, quanto à análise de todo procedimento licitatório proposto, se está de acordo ou não com a legislação vigente. O parecer deverá ser devidamente fundamentado.

GABARITO

O candidato deveria emitir parecer jurídico **desfavorável** ao prosseguimento do certame, abordando os seguintes vícios no procedimento administrativo licitatório:

1. Fracionamento ilegal do objeto. A licitação deveria abranger o objeto como um todo, ou seja, a compra de 600 (seiscentos) sacos de terra fertilizada, sendo que o recebimento poderia ocorrer gradativamente, de forma parcelada. O sistema licitatório indicado ao caso, por se tratar de **compra**, seria o Registro de Preços para aquisição futura. Não há que se falar em obras ou serviços, ou seja, a situação hipotética apresentada não exige elaboração de qualquer projeto executivo, reitero, por se tratar unicamente de **compra** efetuada pela Administração Pública. (Art. 15, II c/c Art. 15, §7º, II c/c Art. 23, §2º c/c Art. 24, II, da Lei 8.666/1993). **(5 pontos)**

“Parece-nos que a gestão administrativa demanda maior respeito por parte dos administradores do [...], pois a lógica gerencial está invertida. Primeiro, deve-se planejar o que comprar, quanto comprar, quando comprar e qual preço pagar. Na presente situação, o [...] não sabe quanto e quando comprar (já que o processo por ele proposto para estimação das quantidades tomará certamente algum tempo) e não tem uma boa ideia de preço (já que a pesquisa de preços foi feita com apenas um fornecedor). O [...] propõe-se a negociar primeiro e depois ir atrás da demanda” (TCU. Acórdão nº 1.099/2010 – Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, Processo nº 007.563/2010-8)

2. Ausência de ampla pesquisa de mercado para respaldar os valores fixados no Termo de Referência. A juntada de apenas 1 (um) orçamento não possui o condão de caracterizar-se ampla pesquisa. (Arts. 15, §1º, art. 7º, § 2º, inc. II e 40, § 2º, inc. II, da Lei 8.666/1993). **(3 pontos)**

“A ampla pesquisa de mercado não pode ser considerada mais um documento formal que comporá o processo, trata-se de procedimento que visa orientar o gestor na redução e otimização das despesas públicas, buscando a transparência e a efetividade na gerência da coisa pública” (TCU. Acórdão nº 2.463/2008 – Plenário, rel. Min. Ubiratan Aguiar, Processo nº 001.419/2007-6)

3. Orçamento ilícito apresentado pelo Presidente da Comissão de Licitação e Contratos. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação. (Art. 9, II, da Lei 8.666/1993). Ademais, ofende vários princípios, entre eles, a Moralidade e Probidade Administrativa (Art. 3º da Lei 8.666/1993) **(7 pontos)**

4. Vedação de indicação de marca. (Art. 15, § 7, I da Lei 8.666/1993). **(7 pontos)**

5. Ausência do documento descrito no referido item 5 do trâmite licitatório, quanto ao documento expedido pela Secretaria de Finanças, referente a indicação de previsão orçamentária. Registra-se que nenhuma compra será feita sem a indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa (Art. 14, caput, da Lei 8.666/1993). **(10 pontos)**

6. Não é cabível **Inexigibilidade** ao caso apresentado. Primeiro, pela impossibilidade de fracionamento da licitação, sem observância da modalidade licitatória cabível no objeto considerado como um todo. Segundo, o produto em questão (terra fertilizada) comporta a aplicação do Princípio da Competição, pois, certamente, existe mais de 1 (um) produtor, empresa ou representante comercial no mercado, que comercializa tal produto, retirando o caráter de **exclusividade do produto ou item** que a Inexigibilidade exige. Ademais, o próprio artigo 25, I, da Lei 8.666/1993 dispõe expressamente que é “vedada a preferência de marca”. Por derradeiro, mesmo que não fosse possível licitar (Competir) ao caso proposto, a situação amolda-se à contratação por **Dispensa**, tendo em vista o valor ser inferior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais). (Art. 24, II, da Lei 8.666/1993). **(8 pontos)**

Chopinzinho, 14 de junho de 2016

Thiago Voracoski Santos
Procurador Municipal de Chopinzinho